

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

13 de outubro de 2021



Com base no REQ [307/2021](#), apresentado pela deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizou audiência conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher) para debater o PL [434/2021](#).

O projeto, de autoria da própria Tonietto, institui o Estatuto do Nascituro, proibindo o aborto em qualquer circunstância. A proposta está entre as 19 proposições que tramitam apensadas ao [PL 478/2007](#), que também dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e que, no momento, aguardam parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT).

1 Nesta audiência, somente foram convidadas e convidados pessoas e organizações com posições contrárias ao direito ao aborto, inclusive nos casos hoje autorizados: risco de vida para a mulher, gravidez resultante de estupro e nos casos de fetos com anencefalia. Além de dois padres, a maioria das participantes tinha ao fundo uma imagem religiosa ou um crucifixo, como se isso desse credibilidade às suas posições.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi representado por um homem, assessor especial da ministra, que afirmou que irão “trabalhar pela aprovação do projeto”. Ao encerrar os trabalhos, a deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) falou da preocupação com a legalização do aborto em países vizinhos, mas que “eles não deixarão o aborto chegar no Brasil”.

Vale lembrar que será realizada uma outra audiência, agora para ouvir as organizações de mulheres e feministas e especialistas que defendem o direito das mulheres decidirem sobre sua vida reprodutiva ([REQ 55/2021](#) e [REQ 41/2021](#)).

Ainda no tema do aborto, a deputada Policial Katia Sastre (PL/SP) foi designada como relatora do [PL 4297/2020](#). A proposta, de autoria das deputadas Luiza Erundina (PSOL/SP), Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Áurea Carolina (PSOL/MG) e Sâmia

Bomfim (PSOL/SP), dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.

A Câmara aprovou o [REQ 1943/2021](#), de autoria do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) e outros 10, convocando o ministro da Economia para prestar esclarecimentos sobre empresas registradas em seu nome, sediadas no exterior. O requerimento foi aprovado no Plenário, por [310 votos sim e 142 votos não](#). A sessão destinada a ouvir o Ministro ainda não possui data marcada, mas poderá ser realizada ainda nesta semana. A Coalizão Direitos Valem Mais e a Plataforma Dhesca Brasil, que reúnem mais de 200 entidades e redes, entraram com [pedido de impeachment de Paulo Guedes](#) no Supremo Tribunal Federal.

No Senado, a CPI está encerrando seus trabalhos e o relator já afirmou, em entrevista, que por tudo que foi levantado é inevitável a presença do presidente Bolsonaro entre aqueles que devem ser investigados. As mais de 600 mil mortes por Covid são a prova mais contundente da irresponsabilidade do governo no enfrentamento da pandemia.

Falando em Bolsonaro, mais uma vez ele toma uma atitude que prejudica as mulheres, com o veto parcial ([Mensagem nº 503, de 06 de outubro de 2021](#)) à Lei nº 14.214/2021, “por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade”. A Lei, recém aprovada pela Câmara e Senado, institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que assegurava a distribuição gratuita de absorvente feminino para estudantes de baixa renda de escolas públicas, mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade extrema. A proposta também determinava que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deveriam conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Mas, não podemos negar que este é um governo unido na insensibilidade e violência. A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que deveria defender os direitos das mulheres, defendeu os vetos. A atitude do governo tem gerado inúmeras manifestações de repúdio e crescem as pressões para que os vetos sejam derrubados pelo Congresso. É o que esperamos e exigimos.

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 04 a 08 DE OUTUBRO

CÂMARA

O **Plenário** aprovou a **Subemenda Substitutiva** apresentada pela relatora, deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), ao **PL 2058/2021** (Tiago Dimas – SOLIDARI/TO) que disciplina as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes. A matéria vai ao Senado.

A **Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC)** aprovou a Redação Final do **PL 5872/2019**, de autoria do deputado David Soares (DEM/SP), que estabelece a obrigatoriedade de notificação prévia e pessoal da ofendida acerca dos atos processuais relativos ao agressor, notadamente aqueles relativos à saída da prisão, ao cumprimento ou à extinção da pena ou à concessão de qualquer benefício ou progressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Matéria vai ao Senado Federal.

A **Comissão de Cultura (CCULT)** aprovou o parecer pela aprovação do **PL 6215/2016**, e pela rejeição do **PL 10752/2018**, apensado. A proposta, de autoria do deputado Hélio Leite (DEM/PA) institui o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado Nacional e será agora discutida na CCJC.

A **Comissão de Esporte (CESPO)** aprovou o parecer com substitutivo do **PL 4866/2019** (Bosco Costa - PL/SE e Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA), que dispõe sobre a proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual. A matéria vai à CCJC.

A **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFT)** aprovou o **REQ 238/2021**, de autoria do deputado Leo de Brito (PT/AC), para a realização de audiência pública sobre as consequências da Pandemia da Covid para o desenvolvimento social no Brasil.

A Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher realizou sessão para a apresentação do [Plano de Trabalho](#) da Coordenadora, deputada Tabata Amaral (PSB/SP) e deliberação de Requerimentos.

SENADO

O Plenário aprovou o [PRS 46/2021](#), de autoria do senador Renan Calheiros (MDB/), que cria o Memorial em Homenagem às Vítimas da Covid-19 no Brasil. A matéria vai à promulgação.

EM PAUTA NA SEMANA DE 11 A 15 DE OUTUBRO

Na pauta do Plenário da Câmara está a discussão, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego.

A pauta das Comissões está [disponível aqui](#).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Várias propostas apresentadas no campo da saúde das mulheres

O deputado Francisco Jr. (PSD/GO) apresentou o [PL 3436/2021](#), que altera a Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde-SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos à cirurgia de mastectomia.

Já o deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), apresentou o [PL 3435/2021](#), que dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes brca1 e brca2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em

todo o estado de São Paulo; e o [PL 3434/2021](#), que estabelece o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia ou outro tratamento médico, e dá outras providências.

E deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO) apresentou o [PL 3480/2021](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito na rede pública de saúde e nas escolas públicas do Kit Absorvente.

Novos tipos penais

[PL 3461/2021](#) (Paulo Eduardo Martins - PSC/PR), cria os tipos penais de furto, roubo e apropriação indébita de célula germinal humana, de zigoto humano ou de embrião humano.

Mais poderes as mulheres no Senado

[PRS 48/2021](#) (Senadora Eliziane Gama - CIDADANIA/MA), modifica o Regimento Interno do Senado, para dispor sobre a prerrogativa da líder da bancada feminina de indicar proposição para integrar a Ordem do Dia.

[PRS 51/2021](#) (Senador Paulo Paim - PT/RS), assegura que nas audiências públicas realizadas no âmbito do Senado terá a participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) e o máximo de 75% (setenta e cinco por cento) para pessoas de cada sexo e de cada raça.

Prioridade para as mulheres chefes de família

[PL 3487/2021](#) (Luiz Lima - PSL/RJ), prioriza a mulher responsável pela unidade familiar na contratação de operações de financiamento imobiliário com a utilização de recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

E seguem proposta de dias

[PL 3444/2021](#) (Alexandre Frota - PSDB/SP), institui o dia da Mulher Empreendedora a ser comemorado nacionalmente; e [PL 3501/2021](#) (Tabata Amaral - PSB/SP), converte o Dia da Conquista do Voto Feminino em Dia do Voto Feminino e da Representatividade das Mulheres na Política.

VALE A PENA CONFERIR

Universidade Livre Feminista: [Entrelaçando redes: Cuidados digitais e a soberania tecnológica.](#)

Observatório de Direitos Humanos – Crise e Covid-19: [Cesta de Direitos “Diálogos da Memória na Pandemia”](#)

6



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).